

RESENHAS

UMA HISTÓRIA ECOLOGICAMENTE CORRETA

Airton José Cavenaghi*

Dean, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica*. Tradução de Cid Knipel Moreira; revisão técnica de José Augusto Drummond. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Ao propor uma história da Mata Atlântica brasileira, Warren Dean lança mão de um novo conceito historiográfico chamado pelo brasilianista Stuart B. Schwartz, no prefácio da obra, de “campo emergente da história ambiental” (p. 15).

Subdividida em 15 capítulos, a obra navega pela história do Brasil por meio da análise sistemática da Mata Atlântica, demonstrando como a mesma permeou todo o processo histórico, tendo em vista subdivisões clássicas da historiografia nacional: Colônia, Império e República. O autor analisa a história do Brasil, pré e pós-cabralina, do ponto de vista da floresta, que deixa de ser uma mera espectadora do processo para ser a atriz principal da transformação. A relação de Dean com o objeto intercala a biologia, a paleontologia, a botânica e a geografia ao processo historiográfico, criando uma nova maneira de construir a história social.

Com a inserção do homem na floresta, molda-se a idéia central do título: o “ferro” do machado europeu e o “fogo” das coivaras indígenas. A floresta é elaborada de acordo com as necessidades de cada civilização que a habita.

Nota-se, ainda, que a floresta no Brasil se encontra entre dois mundos aparentemente distintos, mas mentalmente próximos. Os ambientes rural e urbano fundem-se, e a Mata Atlântica é a amálgama do processo. Na busca desse conceito, Warren Dean demonstra, de maneira muito interessante, como a história do país pode ser visualizada pela observação das transformações da cobertura vegetal ao longo da ocupação da “Ilha de Vera Cruz”.

Cada elemento documentado, desde a Carta de Caminha, no século XVI, até os últimos movimentos preservacionistas do século XX, como o S.O.S. Mata Atlântica,

entre outros, oferecem detalhes intrigantes de como era a cobertura vegetal e de como a mesma interage com o processo histórico do país. Para Dean, “Um ecossistema pode ser visto como um reservatório de informações” (p. 83).

Seu trabalho é marcado pelo uso de documentos pouco utilizados na atualidade, como o portentoso *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa,¹ que serve de modelo histórico eficiente para a historicidade do início do período colonial, época em que qualquer notícia sobre o Brasil era segredo de Estado. Seu uso mostra que constantes releituras de obras tradicionais são fundamentais e necessárias para as abordagens historiográficas nascentes.

Na busca dessa expressão, a interpretação do autor constrói uma narrativa, na qual a fluidez do assunto permeia micro-histórias, como a idéia do Dia da Árvore, proposto em 1899 por Alberto Loefgren (p. 247), então presidente do Serviço Florestal Botânico, que, para o autor, “foi um provocador conseqüente” (p. 249).

A princípio, na época colonial, a floresta era associada à fertilidade do solo; nos séculos XVI e XVII, seu desmatamento implicava a busca de conceitos atrelados à vivência de grupos sociais antagônicos. Os jesuítas associavam-na à “morada do diabo” (p. 76), enquanto, para os tupis, a floresta representava uma fuga da imposição dos soldados de Inácio de Loyola.

Segundo Dean a lavoura, vista pelos nativos como complemento de uma dieta alimentar, significava, para os jesuítas, “a identificação com o cristianismo” (p. 76), pois eliminava a floresta e, em conjunto, qualquer vestígio cultural da política dos pajés e feiticeiros, organizadores e gerenciadores iniciais das comunidades autóctones. Essa interpretação também é esboçada quando o autor analisa a questão da ocupação do planalto de Piratininga, cometendo um pequeno erro de informação, ao chamar “Santo André” de “Santo Antônio da Borda do Campo” (p. 70), sem comprometer o desenca-
dear de suas idéias.

As análises em relação à posse e aos limites da terra no sistema de sesmarias (pp. 88-89); em relação à problemática do cultivo da cana-de-açúcar, suas técnicas e seus manejos (pp. 94-97); a descrição sociológica da palavra “mestiço” (pp. 98-100), por sua vez, mostram a versatilidade do autor na interpretação do assunto proposto originalmente.

Warren Dean aposta em uma história do país permeada pela busca do poder no controle sistemático da Mata Atlântica e de suas riquezas.

Já no ciclo do ouro, o autor informa que “o século XVIII (...) representou o início de uma tendência irreversível e cumulativa na exploração da Mata Atlântica” (p. 104).

A exploração aurífera, que praticamente isolou a região das minas do resto do país pela vigilância da Coroa, devastou profundamente a mata primária, a ponto de, em 1810, o botânico Karl Friedrich P. von Martius “[ser] levado a supor que a região do ouro e diamante, no sudoeste de Minas Gerais, e a região nordeste da cidade de São Paulo nunca haviam tido floresta mas eram constituídas de campos gramados nativos” (p. 131).

Dean ultrapassa a análise histórica e, sociologicamente, interpreta o modelo econômico atual, relacionando-o à permanência de antigos valores culturais, demonstrando, assim, que ainda hoje o garimpo é o meio de subsistência de populações marginalizadas, “[às] quais se tem negado os meios de consolidarem seus direitos sobre à terra” (p. 111).

Sua versatilidade de cientista social é vista em pequenos comentários que permeiam o texto. O autor é constante em dar “alfinetadas”, como, por exemplo, na crítica à reutilização do termo “Iguatemi”, primeiro nome atribuído ao Tietê: “Atualmente um elegante *shopping center* em São Paulo porta o malfadado nome do posto fronteiriço, um curioso memorial” (p. 397, nota 18).

Sobre as notas de cada capítulo, vê-se um texto à parte, fundamental para uma melhor compreensão da obra. Sua colocação na parte final do livro na edição analisada² prejudica a leitura de forma significativa, pois para uma melhor compreensão do seu texto central, é fundamental uma consulta constante.

Dean também comenta a formação da territorialidade brasileira após a Independência. O autor chama a atenção para que, mesmo após a Assembléia Constituinte de 1823, com a implantação das Províncias, o governo, até o final do século XIX, não procurou realizar um inventário de terras públicas (p. 166), permanecendo sem solução a questão das chamadas terras devolutas.

Nesta fase, em 1852, a figura de Teófilo Otoni destaca-se, com a criação de um sistema particular de povoamento, que promoveu uma pequena imigração européia e conseguiu a paz com os índios botocudos (p. 174).

Quanto ao café, o autor mostra que seu cultivo foi o principal responsável pelo desmatamento da Mata Atlântica durante o século XIX. As queimadas realizadas, entre agosto e setembro, para a limpeza da propriedade moldavam o panorama e o visual: “uma nuvem amarelada pairava sobre a província durante esses meses, obscurecendo o sol de dia e apagando as estrelas à noite” (p. 200). Além disto, a mesma madeira dessas florestas derrubadas era usada na queima para as fornalhas das olarias nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro: a urbanização crescente era construída com cimento e tijolos cozidos com a energia das florestas, já na passagem do Império para a República

(p. 228). Esse mesmo café “construiu cidades” e arremontou o capital necessário à implantação das ferrovias. Segundo Dean, a locomotiva marcou uma “verdadeira revolução nos transportes e, conseqüentemente, no relacionamento com o que continuava intocado da Mata Atlântica” (p. 225).

Warren Dean coloca em foco, já no período republicano, Alberto Loeffgren, e passa a mostrar também a evolução dos chamados movimentos preservacionista e suas raízes na fundação dos chamados Institutos Científicos, como o Instituto Florestal Fluminense, em 1876; o Instituto Agrônomo de Campinas, em 1887; o Instituto Butantã, em 1892, em São Paulo, entre muitos outros. Aqui, ele comenta sobre Edmundo Navarro de Andrade, protegido de Antônio Prado, que, em 1911, recebe de Loeffgren a direção do Serviço Florestal e Botânico. A grande quantidade de eucaliptos na região do estado de São Paulo é fruto direto de sua ação “científica” pioneira.

Para Dean, a primeira metade do século XX fechou o cerco final à Mata Atlântica, desmatada sistematicamente nas décadas de 20 a 50 pela ação de grileiros na ocupação de terras públicas (p. 258) e pelo processo de industrialização em São Paulo (1942) e Rio de Janeiro (1950),³ com a utilização dos fornos siderúrgicos, nos quais, a floresta era consumida (p. 268).

Warren Dean enfoca criticamente os modelos preservacionistas aplicados no Brasil quando fala das inúmeras tentativas de estabelecer “desenvolvimentos insustentáveis”, trocadilho delicioso, que nomeia o décimo terceiro capítulo de sua obra. Assim, desde a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, em 1958; da promulgação do Código Florestal, em 1967, que “Ratificava a autoridade do Estado sobre as florestas particulares” (p. 304); e da criação de uma Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), em 1973 (p. 319), percebe-se que o país se renova na legislação, mas não no efetivo cumprimento da mesma.

Dean também critica o chamado “ambientalismo (...) para atender objetivos ideológicos de apelo tradicional mais amplo” (p. 347), censurando a posição dos financiamentos particulares a determinadas organizações ambientalistas, mostrando a questão do chamado “marketing ecológico” (p. 348): empresas particulares explorando, diante da ineficácia do Estado em cumprir sua obrigação, os patrimônios ecológicos do país.

Warren Dean destaca o trabalho da Fundação S.O.S. Mata Atlântica e seu valioso estudo de levantamento de toda Mata Atlântica, realizado durante o quinquênio de 1985 a 1990 e concluído em 1993, um ano antes da morte de historiador. Sua idéia final

aponta para a necessidade de preservação da Floresta Amazônica, chamada por ele de “imenso vizinho do oeste” (p. 380), usando como exemplo a própria história da devastação da Mata Atlântica.

No trabalho de Dean denota-se o eficaz pesquisador que, ao esbarrar com pequenos fragmentos, transforma-os em sustentáculos da história contínua. A história da floresta é a luta pela busca do espaço dos homens e suas representações cotidianas. Na floresta de Warren Dean, esse poder expressa-se nos grossos galhos das árvores derrubadas, queimando lentamente à medida que a chamada “civilização” avança para o sertão, buscando suas necessárias simbologias coletivas.

Notas

* Doutorando do Departamento de História Social, FFLCH, USP.

¹ Sousa, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 5ª ed., comemorativa dos quatrocentos anos da obra. São Paulo, Editora Nacional [Brasília, DF] /INL, 1987.

² Primeira edição, 1996, primeira reimpressão, 1997.

³ Sobre este momento histórico, ver o clássico trabalho do autor Dean, W. *A industrialização em São Paulo (1880-1945)*, de 1976. Ver também, como contraponto interessante, a idéia da floresta permeando o desenvolvimento econômico brasileiro: Villas Bôas, O. *A marcha para o oeste*. São Paulo, Globo, 1994.